

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.783.692 - RS (2018/0319683-4)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : ISAIAS ROSA DA SILVA**  
**RECORRENTE : JOAO DORNELES KUHN**  
**RECORRENTE : JOAO GARCIA NETO**  
**RECORRENTE : JOSE ANTONIO LUIZ**  
**RECORRENTE : OLIANA MARA PEDROTTI**  
**RECORRENTE : ZOE MACHADO MORAES**  
**RECORRENTE : ANANISA EBLING**  
**ADVOGADOS : MANFREDO ERWINO MENSCH - RS0021658**  
**SCHIRLEY FARIAS MENSCH - RS0068265**  
**PEDRO ALEXANDRE MENSCH - RS0030214**  
**RECORRIDO : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : FABIANA DA FONTOURA PORTUGAL - RS058866**  
**GISELLE DE SOUZA CABALLERO - RS057917**  
**CARLOS EDUARDO NETTO COSTA - RS075325**  
**JULIO CESAR KNORR DE OLIVEIRA - RS081775**  
**PATRÍCIA ALVES POSTIGUILHONE - RS066955**  
**DÉBORA MARCELO ALEXANDRE - RS101112**  
**GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN - RS0044046**  
**PAULA MALTZ NAHON - RS0051657**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANEJADA SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. GRUPAMENTO ACIONÁRIO E TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS. OFENSA A COISA JULGADA E PRECLUSÃO DA MATÉRIA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. CONFIGURAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

ISAIAS ROSA DA SILVA e outros (ISAIAS e outros) ajuizaram ação de adimplemento contratual contra a OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (OI), decorrente de contrato de participação financeira firmado com a extinta CRT, julgada procedente.

Transitada em julgado, iniciou-se o cumprimento de sentença, tendo sido determinada a realização de perícia técnica, cujo cálculo que foi homologado pelo Juízo de 1º Grau.

Contra essa decisão, a Oi interpôs agravo de instrumento, que foi parcialmente provido pelo TJRS para determinar a retificação dos cálculos para que

fossem considerados os agrupamentos acionários e transformações societárias na determinação da maior cotação de mercado das ações, em acórdão assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CASO CONCRETO. MATÉRIA DE FATO. MAIOR COTAÇÃO NO MERCADO. AGRUPAMENTOS ACIONÁRIOS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO. NÃO INCIDÊNCIA, NO CASO VERTENTE. Agravo de instrumento provido em parte (e-STJ, fl. 1.720).*

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.794/1.799 e 1.800/1.805).

Irresignados, ISAIAS e outros interpuseram recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF, apontando violação dos arts. 502, 503, 505 e 1.022, I e II, do NCPC, sustentando, em síntese, (1) omissão no julgado acerca da alegação de que a matéria relativa aos grupamentos acionários já foi decidida em sede de cumprimento de sentença, estando acobertada pelo coisa julgada e pela preclusão (REsp nº 1.353.281/RS); (2) ofensa a coisa julgada e preclusão da matéria.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 1.848/1.851).

O apelo nobre foi admitido (e-STJ, fls. 1.862/1.864).

É o relatório.

DECIDO.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

**(1) Da alegada negativa de prestação jurisdicional**

O TJRS, ao analisar os embargos de declaração opostos por ISAIAS e outros, deixou de se manifestar sobre a alegação de que a matéria relativa aos grupamentos acionários já foi decidida em sede de cumprimento de sentença, estando acobertada pelo coisa julgada e pela preclusão (REsp nº 1.353.281/RS).

É condição *sine qua non* ao conhecimento do especial que as questões de direito ventiladas nas razões de recurso tenham sido analisadas pelo acórdão objurgado. Assim, recusando-se a Corte estadual a se manifestar sobre a questão

terminou por negar prestação jurisdicional aos Recorrentes.

A propósito:

*RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE NÃO SE MANIFESTOU SOBRE PONTO RELEVANTE PARA O DESATE DA CONTROVÉRSIA. OFENSA AO ART. 535 CONFIGURADA. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. REGULARIDADE.*

*1. Muito embora o acórdão recorrido tenha afastado uma a uma as preliminares arguidas pela recorrente, silenciou quanto a ponto fundamental ao desate da controvérsia no mérito, qual seja, a ocorrência de mora do devedor, apesar de instado a fazê-lo em sede de embargos de declaração, o que caracteriza violação ao art. 535, II, do CPC.*

*2. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no REsp 1187807/AM, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 21/6/2012, DJe 28/6/2012)

É medida de rigor, portanto, o retorno dos autos à instância de origem para que sane o referido vício.

O exame da questão remanescente fica prejudicado.

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial, determinando o retorno dos autos ao TJRS para que analise a questão trazida nos embargos de declaração, como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator